CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1397/76

INTERESSADO : "COLÉGIO SANTA CRUZ"

ASSUNTO : Experiência Pedagógica

RELATOR : Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS

PARECER CEE Nº 96/77 - CESG - Aprov. em 16/02/77

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO

O Colégio "Santa Cruz" propõe-se a realizar experiência pedagógica, no ensino de 2º grau, com as seguintes características:

I-Quanto ao currículo

Organização de currículo de capacitação de elementos destinados a profissionalização em nível superior.

O currículo teria a estrutura prevista no quadro abaixo (Documento 1 - a n e x o)

II - Quanto à metodologia

a) Controle e avaliação da aprendizagem

O currículo proposto permitirá o desenvolvimento da aprendizagem de acordo com a capacidade de cada estudante. O controle e avaliação serão feitos por Câmaras de Avaliação.

b) Aprofundamento de estudos para alunos bem dotados

"Outro elemento constitutivo da experiência pedagógica do projeto é a distinção dos índices de avaliação aprobatória do aluno em créditos mínimos obrigatórios, isto é, referentes ao cumprimento das atividades normais da disciplina, e créditos máximos optativos, relativos ao cumprimento de programas adicionais ou a aprofundamento nos programas normais da disciplina. Pretende o Colégio averiguar a validade de tal estímulo, e estabelecer bases progressivas mais adequadas de ofertas de programas optativos e de níveis de aprofundamento, principalmente aos alunos bem dotados, cujo número é bem significativo. Neste aspecto, vinculado ao anterior, o Colégio presume estar realizando plenamente conceitos de avaliação e de assiduidade tão frequentemente explicitados pela Lei 5692/71 como devendo se realizar ao nível mais individualizado que a sistematização dos regimes permita."

2. FUNDAMENTAÇÃO

O pedido tem por fundamento o artigo 64 da Lei 5692/71:

"Artigo 64- Os Conselhos de Educação poderão autorizar experiências pedagógicas, com regimes diversos dos prescritos na presente Lei, assegurando a validade dos estudos assim realizados".

Tem também apoio no artigo 104 da Lei nº 4.024/61.

PROCESSO CEE Nº 1397/76 PARECER CEE Nº 96/77 fl. 2

3. APRECIÇÃO

A Lei nº 5692/71 significou um expressivo aperfeiçoamento da situação educacional vigente no País, com o afastamento da dualidade ensino secundário-ensino técnico.

Não obstante, em seu empenho de corrigir a situação anterior, a Lei parece ter procurado uma fórmula extremada, que consiste na profissionalização compulsória de todos os alunos, em nível de 2º grau. Em nome da uniformização do ensino, põe-se assim em risco um dos postulados da democracia, que é a liberdade de cada um de decidir sobre seu próprio destino.

Entretanto, nenhuma lei é definitiva. Cabe à experiência apontar onde as leis vigentes precisam ser consertadas. Muitas vezes têm-se feito ouvir para indicar o excesso que significa a profissionalização para todos em nível de 2º grau. Isto pode significar, inclusive, um injustificável desperdício: para o aluno, que se vê na contingência de gastar o tempo decaídos na aquisição de habilidades que jamais irá utilizar; e para a escola e o País, pois o ensino profissionalizante é reconhecidamente dispendioso. Não podemos dar-nos ao luxo de gastar com instalações de alto custo, a fim de formar estudantes para ocupações que não irão exercer. Por outro lado, o estudante que se destina ao ensino superior não deve ser submetido à obrigação de sacrificar sua formação geral.

O Colégio "Santa Cruz" propõe-se a realizar uma experiência que tem por objetivo devolver ao aluno a liberdade de escolher o melhor caminho para a profissionalização em nível superior.

Trata-se de um Colégio cuja folha de serviços é das mais respeitáveis e reconhecidas. Não temos, por isto, dúvida em emprestar-lhe nosso apoio.

A experiência proposta parece-nos inteiramente válida no sentido de apontar novos caminhos para o ensino de 2º grau.

Neste sentido, é de se permitir a experiência, dentro de prazo que possibilite avaliar os resultados, sugerindo-se seis anos.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Ainda mesmo como "experiência pedagógica", não encontramos apoio legal na proposição em pauta. Fere o texto e os objetivos gerais preconizados pela Lei Federal nº 5692/71, que reorganizou o ensino de 1º e de 2º graus, em nosso País.

Nosso voto, pois, é desfavorável à aprovação do Parecer.

São Paulo, 16 de fevereiro de 1977.

a) Cons. ARNALDO LAURINDO